

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: APROXIMAÇÕES INICIAIS PARA UM PROJETO DE TESE

CARLA ROSANE DA SILVA MOTA¹; PEDRO ROBERTT²

¹*Universidade Federal de Pelotas – carlarosanemota@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – probertt21@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar as aproximações iniciais para um projeto de Doutoramento em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), recentemente reformulado. O projeto tem como temática central as políticas públicas de Educação do Campo no Brasil e tem por objetivo realizar uma avaliação desta política a partir da trajetória dos/as egressos/as da Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), ou seja, uma análise a partir da compreensão dos/as beneficiários/as da política pública.

Como aproximações iniciais, proponho apresentar, neste trabalho, uma caracterização do campo de estudo, de modo que seja possível compreender o que é a EFASUL, como ela se constituiu, quais os princípios que a fundamentam e qual a conformação do grupo de egressos/as desta escola - grupo a partir do qual a pesquisa de Doutorado será realizada, posteriormente.

Para que seja possível compreender, ainda que minimamente, o tema central do estudo proposto, faz-se necessária uma breve contextualização sobre Educação do Campo e sobre as políticas públicas desse setor. Roseli Caldart (2002; 2012), uma das principais referências na temática, destaca que a Educação do Campo surgiu a partir da luta dos movimentos sociais do campo, em especial do Movimento Sem Terra (MST), pelo direito dos/as trabalhadores/as do campo à educação. Nesse sentido, já surgiu como uma proposta prática, como uma alternativa ao modelo de educação vigente que, em geral, é descontextualizado, pensado a partir do mundo urbano e orientado para a reprodução do capitalismo. Nas palavras da autora:

Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p.18).

Desta forma, a Educação do Campo se constitui na esteira da Educação Popular, compreendendo a importância da realidade vivida pelos/as sujeitos/as na construção de um processo educativo verdadeiramente emancipatório, que resgate e valorize os saberes dos povos do campo e caminhe na direção de um outro projeto de sociedade, pautado pela produção de alimentos saudáveis, pelo trabalho coletivo, pela desconcentração de terras e pela eliminação das desigualdades sociais e de qualquer forma de exploração, seja entre gerações, entre homens e mulheres, entre diferentes etnias (CALDART, 2012).

Segundo Magda Santos (2019), parte dos princípios da Educação do Campo passaram a ser considerados na formulação de políticas públicas educacionais para o espaço rural a partir dos anos 2000. Esse processo começou a se desenhar com a promulgação da educação como direito de todos, através da Constituição de 1988 e foi impulsionado com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em 1996, quando as

especificidades da Educação do Campo foram, pela primeira vez, contempladas. A partir daí, dois grandes momentos marcam a construção das políticas públicas de Educação do Campo no Brasil: o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, que marcou a constituição inicial do Movimento Nacional de Educação do Campo, e a II Conferência Nacional de Educação do Campo¹ em 2007, com a participação do Ministério da Educação (SANTOS, 2019).

Das primeiras ações governamentais em torno desse tema é possível identificar a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, direcionado aos/as trabalhadores/as rurais assentados/as; a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo no Brasil, em 2002, pelo Conselho Nacional de Educação; a constituição do Programa de formação dos professores do campo (PROCAMPO), em 2005, que impulsionou a criação de cursos de Licenciaturas específicos para a Educação do Campo, entre outras iniciativas. Especialmente a partir de 2003, foram criados diversos programas e orientações legais que se aproximaram das demandas evidenciadas pelos movimentos sociais do campo, em torno de uma proposta de Educação do Campo, mas somente em 2012 é que essas ações passam a ser articuladas em torno de uma organização comum: o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) (SANTOS, 2019).

É nesse contexto que se insere a experiência da EFASUL, uma escola comunitária respaldada, primeiramente, pela história de luta por uma Educação do Campo e, também, por programas e orientações legais, tais como pareceres, resoluções e decretos que institucionalizam e regulamentam essa perspectiva educacional.

2. METODOLOGIA

No que tange ao projeto de Doutorado, proposta muito mais ampla do que a apresentada para este trabalho, pretende-se utilizar as proposições metodológicas da Etnografia Política, de modo a analisar a política pública de Educação do Campo através da percepção e da trajetória do grupo de egressos/as da EFASUL. No entanto, para a elaboração deste trabalho em específico, que versa sobre a caracterização do campo de pesquisa, utilizou-se pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e coleta de dados junto à instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EFASUL é uma escola comunitária, localizada no município de Canguçu/RS e que oferece formação de nível médio Técnico em Agroecologia, tendo como público-alvo filhos/as de agricultores familiares, assentados/as da reforma agrária, quilombolas e demais povos do campo. O processo formativo desenvolvido pela EFASUL tem como objetivo construir alternativas e possibilidades para a permanência dos/as jovens no campo, com dignidade, conhecimento e qualidade de vida. A EFASUL surgiu a partir das demandas de agricultores/as do Território Zona Sul² do RS, organizados no âmbito do Fórum da

¹ A I Conferência Nacional de Educação do Campo ocorreu em 1998, mas sem a participação do Ministério da Educação (SANTOS, 2019).

² O Território Zona Sul do RS é composto por 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chui, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado,

Agricultura Familiar da Região Sul. O Fórum atua desde 1995 e é composto por mais de 100 entidades ligadas à agricultura familiar da região: movimentos sociais, cooperativas, associações, ONG's, órgãos governamentais e instituições de ensino e pesquisa, seu objetivo é discutir e propor ações que possam diminuir os problemas vivenciados no campo, tais como o êxodo rural e as dificuldades de desenvolvimento produtivo nas pequenas propriedades rurais. Em 2013, o Fórum propôs a articulação de um Grupo de Trabalho que buscou discutir especialmente as questões relacionadas à sucessão familiar rural e alternativas para a permanência da juventude no campo. Essas discussões resultaram na constituição, em 2014, da Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul (AEFASUL), instituição mantenedora da EFASUL (PETER, 2018).

Além disso, a EFASUL surgiu inspirada na proposta das Escolas Família Agrícola (EFA's), precursoras da Pedagogia da Alternância. As EFA's têm origem em 1930 na França e chegaram ao Brasil no final da década de 1960, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável e solidário do campo, a partir da formação dos/as jovens rurais. Atualmente, existem mais de mil EFA's pelo mundo e no Brasil somam mais de 150 unidades, quatro delas no estado do Rio Grande do Sul³ (PPC, 2016). A Pedagogia da Alternância é um processo pelo qual se busca articular os conhecimentos popular e acadêmico, é “uma forma de organizar o processo de ensino-aprendizagem alternando dois espaços diferenciados: a propriedade familiar e a escola” (NOSELLA, 2012, p. 30).

Até o momento, a EFASUL formou duas turmas do Curso Técnico em Agroecologia, totalizando 36 egressos/as. Desse total, 20 fazem parte da primeira turma, que iniciou suas atividades em março de 2016, na forma integrada (ensino médio e técnico) e 16 da segunda turma, que ingressou em agosto de 2018, pela forma subsequente (apenas curso técnico). Ambas as turmas concluíram suas formações no final de 2019⁴. É com esse universo de 36 egressos/as da EFASUL que a pesquisa de Doutorado será desenvolvida, ou seja, é através da percepção e trajetória deles/as que se pretende avaliar a política pública de Educação do Campo. E para visualizar melhor a conformação desse coletivo, seguem alguns dados sistematizados a partir de informações coletadas junto à instituição.

Inicialmente, cabe destacar que dos/as 36 egressos/as, 20 são do sexo masculino (56%) e 16 são do sexo feminino (44%). Sobre isto, é interessante observar o elevado número de meninas, considerando que se trata de um curso técnico na área das ciências agrárias e que, em geral, são cursos frequentados majoritariamente pelos meninos. Com relação à faixa etária, 27 dos/as egressos/as têm até 29 anos (75%), ou seja, compõem a categoria “jovem”, de acordo com o parâmetro indicado pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ)⁵, sendo que 17 têm de 18 a 21 anos, nove têm de 22 a 25 anos e um tem entre 26 e 29 anos. E apenas nove têm mais de 29 anos (25%).

Dos/as 36 egressos/as, 34 são oriundos/as do Território Zona Sul do RS (95%). Destes, 20 são do município de Canguçu (59%), seis de Pelotas, quatro de Piratini, dois de Hulha Negra, um de Herval e um de Cerrito. Os/as dois egressos/as que não são do Território, são de Sentinela do Sul e de Florianópolis/SC. Além disso, do universo de análise, quatro egressos/as têm

Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

³ Para além da EFASUL, temos no RS a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), fundada no ano de 2009; a Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha (EFASSERRA), fundada em 2013; e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL), fundada em 2014.

⁴ Em 2020, a Escola iniciou uma nova turma, com 27 educandos/as.

⁵ A OIJ considera “jovem” as pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

origem no espaço urbano⁶ (11%), enquanto 32 têm origem no espaço rural (89%). Destes/as, dos/as que têm origem no rural, 16 são de assentamentos de Reforma Agrária (50%), 15 são da agricultura familiar (47%) e uma é quilombola (3%).

Por fim, dos/as 32 egressos/as residentes no campo, um a família é assalariada rural e não possui terra. Quanto ao tamanho médio das propriedades rurais dos/as 31 egressos/as que suas famílias possuem terra, apenas dois têm mais do que 30 hectares (6%), sendo que nenhum/a deles/as ultrapassa a marca de 50 hectares. Destaca-se o expressivo número de propriedades que têm entre 21 e 30 hectares, um total de 16 (52%), o que se explica por este ser o tamanho médio dos lotes de terra nos assentamentos da Reforma Agrária do Território. Além disso, 13 têm até 20 hectares (42%), sendo que destes, três têm até um hectare, dois têm entre um e cinco hectares, três têm entre seis e dez hectares, dois têm entre 11 e 15 hectares e três têm entre 16 e 20 hectares. Estes dados demonstram que o coletivo de egressos/as é conformado majoritariamente por famílias de pequenos agricultores/as.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou realizar as aproximações iniciais para um projeto de Doutoramento em Ciência Política pela UFPEL, com o intuito de apresentar o campo de estudo pretendido, especialmente no que se refere à caracterização do grupo de egressos/as da EFASUL. Pode-se concluir que se trata de um grupo bastante diverso e que reflete a conformação do Território Zona Sul do RS, marcado pela forte presença da agricultura familiar, de assentamentos da Reforma Agrária, de quilombos e de outros povos do campo, o que reforça a importância de políticas públicas de Educação do Campo, orientadas pela realidade social, cultural e econômica desses povos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org). **Por uma educação do Campo**. São Paulo: ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2002.
- CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CARDART, R. S.; et al. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 259-267,2012.
- NOSELLA, Paolo. **Educação no campo**: origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012, 288p.
- PETER, Daniele Schimidt. **Escola Família Agrícola da Região Sul**: educação ambiental na transformação da realidade socioambiental do campo. 2018. 154p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
- PPC. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/carla/Downloads/CEPT_AEC_02_PPC_CR_AEC_I_CC.pdf. Acesso: 24 set 2020.
- SANTOS, M. G. C. dos. **“Neoruralismo Pedagógico”: a formação dos trabalhadores do campo proposta pelo Estado brasileiro nas políticas educacionais do período neodesenvolvimentista (2001-2016)**. 2019. 255p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.

⁶ A EFASUL prioriza selecionar educandos/as oriundos/as do espaço rural, no entanto, este não é um critério excludente, são aceitos jovens provenientes do espaço urbano, cujas famílias foram expulsas do campo no passado.